



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO**  
**PARANÁ – CAMPUS CURITIBA**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**  
**MUNICIPAL**



**JUSSARA TRINDADE FONTOURA MACEDO**

**LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E AGENDA**  
**POLÍTICA MUNICIPAL: O CASO DE**  
**SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP).**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**CURITIBA**

**2011**

**JUSSARA TRINDADE FONTOURA MACEDO**

**LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E AGENDA  
POLÍTICA MUNICIPAL: O CASO  
DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP).**

Monografia de especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia (DAGEE), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) / Universidade Aberta do Brasil (UAB), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Jorge Carlos Correa Guerra

**CURITIBA**

**2011**



Ministério da Educação  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**  
Campus Curitiba  
Gerência de Pesquisa e Pós-Graduação  
Departamento Acadêmico de Gestão e Economia  
Universidade Aberta do Brasil - UAB  
I Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

---

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**JUSSARA TRINDADE FONTOURA MACEDO**

### **LIDERANÇAS COMUNITARIAS E AGENDA PÚBLICA MUNICIPAL: O CASO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)**

Esta monografia foi apresentada às 14h00, do dia 10/12/2011, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no curso de **Gestão Pública Municipal**, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. A candidata foi argüida pela Banca Examinadora composta pelos professores (as) abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**.

---

Profª. MSc Ana Cristina Macedo Magalhães

(UTFPR)

Visto da Coordenação:

---

Prof. Dr. Jorge C. C. Guerra – Orientador

(UTFPR)

---

Prof. Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira  
Coordenador do Curso de Especialização em Gestão  
Pública Municipal

## **AGRADECIMENTOS**

A vida me deu coisas maravilhosas, filhas, trabalho, desafios.....Agradeço ao meu marido e companheiro Dimas, que trouxe café na cama e fechou os livros quando me viu cansada, as minhas filhas Grazielle, Carolina e Beatriz, a quem sempre me preocupei em ser um exemplo de ser humano e profissional. A minha neta Maria Eduarda, que me faz reviver a infância das minhas filhas. As minhas amigas de curso Denise, Claudineia e Marcia, a troca de experiências foi fundamental para a conclusão do curso. A minha amiga Célia Cardozo, que me fez enxergar o lado ético e eficaz da política. As minhas irmãs Deborah, Márcia, Gloria, Ângela e Lianara, por fazer parte da minha vida.

Os desafios são grandes e motivadores, saber ultrapassá-los me torna mais forte e experiente.

Agradeço ao meu Orientador Prof. Dr. JORGE CARLOS C. GUERRA pela presteza com que me deu atenção, pelos abraços e incentivo.

A minha mãe que me orientou sempre.

Todo o trabalho realizado em conjunto precisa de um líder – uma liderança firme – mas todo o grupo precisa ter a vontade de atingir seus objetivos, fazendo um trabalho responsável, com ousadia nos projetos [...] os desafios são constantes, e o líder precisa de toda sua vivência para encontrar soluções acertadas e que atendam a maioria, e também de energia, força espiritual e muito amor no coração.

(Suely, Roque, Adauto e Clídia – seminário ...Trabalho Comunitário, 2006, São José dos Campos SP)

## RESUMO

MACEDO, JUSSARA. Lideranças comunitárias e agenda pública municipal. 2011. 46 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

Este trabalho descreve a importância das Lideranças Comunitárias e seu papel na formação da agenda pública municipal em São José dos Campos (SP). Tem como objetivo principal, investigar a importância do papel do líder comunitário, na aplicação das políticas públicas municipais, sua contribuição na gestão participativa e na formulação da agenda política.

O levantamento de indicadores econômicos indica um município em desenvolvimento com grande autonomia política e financeira. A localização geográfica e o fato de estar a menos de 100 km de distância da capital e do porto de São Sebastião atraíram indústrias do ramo aeronáutico, automobilístico, têxtil, eletrônico, telefonia móvel, entre outras, o que incentivou políticas públicas voltadas à educação técnica, zoneamento e desenvolveu a prestação de serviços e o comércio.

O índice de desenvolvimento humano IDH é considerado alto em São José dos Campos (acima de 0,800). Com uma população que já ultrapassa 600 mil habitantes o município tem pouca representatividade nas audiências públicas, que definem a aplicação do orçamento municipal e as prioridades da agenda, as lideranças comunitárias se estruturam através das associações de bairros que estão ligadas a representantes no legislativo o que inclina as decisões a promessas de campanha política.

**Palavras-chave:** Democracia. Políticas Públicas. Gestão Participativa

## ABSTRACT

Macedo, Jussara. Community leaders and municipal public agenda. 2011. 46 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

This paper describes the importance of community leaders and their role in shaping the public agenda Municipal in Sao Jose dos Campos (SP). Its main objective is to investigate the importance of the role of community leader in the implementation of municipal policies, its contribution to participatory management and the formulation of the agenda. The survey of economic indicators indicates a developing city with great political and financial autonomy. The geographical location and the fact that less than 100 kilometers from the capital and the port of San Sebastian in the business aviation industry attracted, automobile, textile, electronic, mobile phones, among others, which encouraged public policies for technical education, zoning and developed the services and trade. The human development index HDI is considered high in Sao Jose dos Campos (above 0.800). With a population that now exceeds 600 000 inhabitants, the municipality has little representation at the public hearings to define the application of the municipal budget and the priorities of the agenda, community leaders are structured through the neighborhood associations that are linked to the representatives in the legislature that tilts the decisions of political campaigning promises.

Keywords: Democracy. Public Policy. Participatory Management

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
1.1. JUSTIFICATIVA.....	10
1.2 Objetivos.....	11
1.2.1 Objetivo Geral.....	11
1.2.2 Objetivos Específicos.....	11
1.3 METODOLOGIA.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	13
2.1 Liderança Comunitária.....	13
2.1.2 Agenda Política.....	17
2.2.2 Lideranças Comunitárias: melhores práticas.....	21
3 LIDERANÇAS COMUNITÁRIA S E AGENDA POLÍTICA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS .....	27
3.1 Metodologia do Caso.....	27
3.2 Registro de Participação Popular na Formulação da Agenda Política em São José dos Campos.....	28
3.2 Caracterização do Município .....	32
3.3 Estruturação da Liderança Comunitária em São José dos Campos.....	34
3.4 Impacto das Comunidades na Agenda Política .....	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
5 REFERÊNCIAS.....	44



## 1.INTRODUÇÃO.

Entender a evolução da sociedade e a organização política coloca o indivíduo à frente na sociedade, essa premissa contribui com a formação de um líder comunitário, que por sua atuação influencia e também forma uma agenda política municipal.

Atuar frente aos problemas existentes e visualizar possíveis vulnerabilidades governamentais que possam vir a se tornar uma ameaça para o bem estar da sociedade caracteriza um líder comunitário. Reconhecer as prioridades da sociedade e transformar desejos, anseios, direitos e necessidades do indivíduo em política pública, que por consequência converte-se em serviços públicos, fortalece a liderança comunitária e contribui com o desenvolvimento do bairro e do Município.

Face às transformações ser um ator pró-ativo requer um conhecimento político, cultural, uma leitura cognitiva de dados e indicadores sociais e uma habilidade de comunicação eclética e direcionada para o público alvo (indivíduo, órgão governamental, canais midiáticos, etc).

As lideranças comunitárias estão ligadas a um indivíduo politizado, o que gera uma dificuldade em ações imparciais, a liderança sofre influencia dos acordos e ideologias partidárias causando uma inclinação para o que se “defende” politicamente. As ideologias partidárias propõem uma mudança econômica, social, urbanista, preservação do meio ambiente, cada qual se projetando na sociedade com seus representantes organizados hierarquicamente e atuando próximo aos seus semelhantes (comunidade), unindo-se na definição de prioridades a serem trabalhadas em busca dos objetivos, que gere a evolução social.

A liderança comunitária é uma prática antiga, muitas vezes religiosa o que a caracteriza pelo respeito à pessoa a quem atua na defesa dos ideais e crenças. O conceito de liderança e comunidade não muda com o passar dos tempos, a linguagem sofre alterações e acompanha os problemas contemporâneos. Pode-se dizer que o problema da atualidade é consumo desenfreado, crises financeiras globalizadas, abertura de mercados estrangeiros, uso inadequado dos recursos naturais, desigualdade social e divisão do solo. A linguagem que acompanha os problemas é usada em forma de projetos, mercado financeiro mundial, importação e exportação, sustentabilidade, responsabilidade social, agenda política, leis, decretos e privatizações.

Usar todos os requisitos e transformar as necessidades sociais em soluções sem causar um impacto no futuro, requer uma liderança comunitária ativa, bem informada e respeitada para que assim possa alcançar os objetivos propostos a favor da comunidade em consonância com a agenda política do município.

### **1.1. Justificativa.**

Todas as grandes transformações e ganhos da sociedade se fizeram a voz de “um” e atos de “todos”. No ato da proclamação da república, libertação dos escravos, *inpeachment* de um governante, direito ao voto direto, acontecimentos que mudaram o rumo, pensamento, cultura e a liberdade do indivíduo, tiveram em comum a primeira voz. Um líder que conquistou o respeito dos demais muitas vezes a base de sacrifícios (até mesmo da própria vida) provando que a prática sobrepõe a teoria.

São José dos Campos apresenta-se como uma das cidades pólo no Vale do Paraíba. Embora com grande crescimento econômico há problemas sociais no município, desigualdades de distribuição de renda, acesso restrito a educação de qualidade e saneamento básico, bem como áreas de proteção ambiental a serem desapropriadas, entre outros tantos desafios. São José dos Campos destaca-se por ter um IDH<sup>1</sup> Índice de Desenvolvimento Humano de 0,849 estando na classificação de alto desenvolvimento humano (acima de 0,800). A balança de exportações e importações tem um saldo positivo, ou seja, importamos US\$ 2.666 milhões e exportamos US\$ 4.858 milhões em 2009. A média de escolaridade da população está em 8,42 anos (população de 15 a 64 anos). Analisando o Plano Diretor do município (2006/2010) percebe-se que o governo e a sociedade tem feito um planejamento, baseado nas tendências de crescimento populacional no impacto na distribuição demográfica e no mercado de trabalho.

O presente trabalho sintetiza a importância da participação de lideranças comunitárias, na formação de agenda política municipal.

---

<sup>1</sup> Índice de Desenvolvimento Humano – calculado pelos indicadores de educação, expectativa de vida e Produto Interno Bruto per capita. [www.suapesquisa.com](http://www.suapesquisa.com)

## **1.2. Objetivos.**

### **1.2.1. Objetivo Geral.**

Analisar o papel do líder comunitário na aplicação das políticas públicas municipais, na gestão participativa e na formulação da agenda política no município de São José dos Campos (SP).

### **1.2.2. Objetivos Específicos.**

- Descrever o município de São José dos Campos suas diretrizes e seus desafios;
- Demonstrar a estruturação da Liderança comunitária em São José dos Campos.
- Compreender a formação da agenda política de São José dos Campos;
- Identificar o papel do líder comunitário na evolução do município;
- Analisar o impacto das lideranças comunitárias na prática de gestão participativa no município;

## **1.3. Metodologia.**

Estudo qualitativo usando pesquisa bibliográfica e a documental para o estudo de caso de São José dos Campos. O levantamento bibliográfico se faz através de pesquisas e leituras de autores que escreveram sobre agenda política, democracia, ideologia e liderança. A análise documental do estudo de caso se direciona a dados estatísticos evolutivos sobre a influência da liderança comunitária na formação da agenda política municipal.

A coleta de dados para a pesquisa bibliográfica será realizada em sítios, dados do município do estudo e a vivência e aprendizado adquiridos no decorrer do curso de “Gestão Pública Municipal”..

Este trabalho é composto por quatro capítulos, o primeiro capítulo corresponde à introdução desta pesquisa, onde são apresentados os temas, a justificativa da pesquisa, os objetivos geral, específicos e a metodologia. Foram preservados os nomes verdadeiros.

No segundo capítulo, é abordado o referencial teórico conceituando liderança comunitária e agenda política municipal. O diferencial de participação das lideranças religiosas na formação de comunidades.

No terceiro capítulo, levantamento e análise dos dados , estruturação da liderança comunitária em São José dos Campos e o impacto das comunidades na agenda política.

O quarto capítulo é composto pelas considerações finais.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.**

### **2.1. Lideranças comunitárias.**

É preciso aqui descrever o significado de liderança e comunidade para que ao se unir os substantivos tenhamos a compreensão do impacto que as duas palavras podem e devem ocasionar na evolução de uma comunidade. A liderança por si só é uma ferramenta pessoal desenvolvida através de conhecimentos específicos em determinados temas, facilidade de comunicação, ousadia e visão de futuro e nem se pode afirmar que é nata. A liderança pode ser desenvolvida até mesmo por ser estar no lugar certo e hora certa, ou seja, a chamada oportunidade. Segundo Hobbes:

“Enquanto a sensação e a memória apenas são conhecimento de fato, o que é coisa passada e irrevogável, a ciência é o conhecimento das conseqüências, e a dependência de um fato em relação ao outro, pelo que, a partir daquilo que presentemente sabemos fazer, sabemos como fazer qualquer outra coisa quando quisermos, ou também em outra ocasião”. (Hobbes, 2003, p.43).

Havendo uma equação a qual após decifrada ou resolvida o resultado fosse Liderança, teria a seguinte forma: conhecimento adquirido através de livros + experiência + prática + determinação + comunicação + visão de futuro. A liderança acompanha um ideal dentro do possível (planejado) e até mesmo uma utopia, que bem trabalhada pode vir a se tornar uma situação possível. Quem imaginou que um dia a sociedade estaria voando e diminuindo a distância de km rodados em rodovias por horas no ar. Pode ter parecido utopia que bem planejada e embasada na física tornou-se um marco e divisor de “águas” para a vida humana, transformando um homem em líder pela sua determinação, ousadia, conhecimento técnico e contribuindo com o desenvolvimento comunitário.

“Daí se pode concluir que, quando acreditamos que qualquer espécie de afirmação é verdadeira, com base em argumentos que não são tirados da própria coisa nem dos

princípios da razão natural, mais são tirados da autoridade e da opinião favorável que temos acerca de quem fez essa afirmação, neste caso o objeto de nossa fé é o orador a pessoa em que acreditamos ou confiamos e cuja palavra aceitamos; e a honra de feita ao acreditar é feita apenas a essa pessoa”. (Hobbes, 2003, p.57)).

“A liderança é, de uma certa forma, um tipo de poder pessoal. Através da liderança uma pessoa influencia outras em função dos relacionamentos existentes”.(Chiavenato,1999, pag. 555). Influencia essa que pode se manifestar quando na existência de um objetivo em comum entre líder e liderados ou até mesmo pela posição em que esse indivíduo (líder) ocupa na família, na sociedade e em uma empresa/organização. Chiavenato, conceitua liderança como “uma influencia interpessoal exercida numa dada situação e dirigida através do processo de comunicação humana para a consecução de um ou mais objetivos específicos” (Chiavenato, 1999, p. 558).

A confiança e pró-atividade em que os liderados passam a acreditar que são qualidades únicas e exclusiva de um determinado indivíduo e o tempo de duração dessa crença contribuem para a formação de um líder. Então se pode dizer que na lógica não existe líderes sem liderados e líderes sem objetivos concretos e plausíveis.

Exercer a liderança nem sempre envolve democracia, no sentido amplo de colher opiniões, o líder precisa ter alternativas viáveis à solução de problemas e expor aos liderados de maneira que a escolha seja satisfatória para ambos. A liderança por si só não carrega todos os méritos de sucesso na resolução de problemas ou na busca de oportunidades. Liderar requer uma análise cognitiva de dados ligados a uma determinada situação e a apresentação de alternativas viáveis ocasionando assim uma evolução/mudança no cenário apresentado. A evolução pode ser individual ou coletiva.

As mudanças coletivas norteadas por liderança requerem um conhecimento dos impactos sociais na vida dos indivíduos. Os benefícios coletivos sobrepõem às vontades e anseios individualistas ocasionando um bem a todos, e em harmonia com as exigências e éticas sociais. Segundo Jack Stump, “a comunidade é um ser vivo, mutável e variável, que apresenta uma série inter-relacionada de sistemas menores, cuja natureza pode ser tanto geográfica como funcional” Stump,(1968 apud, Baptista, 1979, p.50). As divisões e subdivisões da sociedade caracterizam as comunidades e suas necessidades: cultural, organizacional, capitalista e urbanizadora.

“Todos possuem uma concepção de vida, tem uma opinião sobre o que acontece na sociedade. Todos participam da vida em sociedade e desenvolvem uma atividade para suprir suas necessidades”. (Mekesenas, 1995, p.15). O viés que sustenta a convivência dos indivíduos em comunidade é o desejo de uma sociedade justa e igualitária, capaz de suprir as necessidades básicas para uma vida digna: moradia, alimentação, segurança e educação. Ao exercer a liderança em comunidade o bem comum passa a ser ideal de todos, criando assim uma cultura voltada à melhoria contínua e coletiva.

As necessidades e oportunidades se apresentam em decorrência da organização social, criando-se direitos e deveres sociais aos “sujeitos”. Surgindo o conceito de “contrato social”, celebrado entre os indivíduos para que a evolução comunitária esteja de acordo com regras e leis. A convivência em sociedade transforma cultura em direitos, culturalmente falando toda criança tem direito à escola, transformada em lei de proteção à criança e ao adolescente, ECA<sup>2</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente.

As bases da liderança comunitária estão em cenários pouco ou nada desenvolvidos com culturas pré-existentes e necessidades básicas para um desenvolvimento sustentável. Os habitantes de zona rural, sem saneamento básico (cultura), querem um transporte coletivo de qualidade para que possam usufruir dos benefícios urbanos, acesso aos canais de comunicação, benefícios trabalhistas baseados nas Leis da Consolidação do Trabalho<sup>3</sup> CLT, ações que contribuam com o desenvolvimento comunitário. As prioridades nas reivindicações não necessariamente estão ligadas ao que seria mais ético (saneamento) que contribuiria mais ao desenvolvimento e sim ao que possa aproximá-lo aos benefícios existentes. Surgindo comunidades com características parecidas.

Administrar traz consigo uma concepção simples “organização”. Impossível administrar conflitos, projetos, interesses sociais, idéias sem uma organização formal e hierárquica, contribuindo assim para se determinar quais as necessidades sociais requer prioridade frente a tudo que se mostra imprescindível para a evolução da comunidade. Ao se organizar o Brasil dividiu seu território em estados que se desdobram em municípios, esses por sua vez em bairros delimitados por ruas e divididos por regiões, facilitando assim a

---

<sup>2</sup> Atg. 53. A criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho – Estatuto da Criança e do Adolescente lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

<sup>3</sup> Consolidação das Leis do Trabalho – decreto Nº 5.452, de 1º de Maio de 1943.

visualização dos problemas e os pontos fortes de cada Município, bairro e regiões (quantidade populacional, clima, estudo do solo, delimitação de fronteiras, etc). “Essa coordenação exige que cada grupo organizado designe seus representantes para defender seus interesses na organização”. (Cornely, 1976, p.23).

A representatividade comunitária surge com o “voto” não somente nas urnas mais também com a eleição informal de um individuo que se sobressai diante da comunidade defendendo os interesses coletivos. Ao se eleger um representante comunitário a sociedade espera ter uma voz ativa diante das propostas governamentais e na criação de políticas públicas que sanem os elementos dificultadores para uma convivência harmoniosa e digna aos habitantes de determinada área ou região, denominada comunidade.

As lideranças comunitárias têm um papel primordial frente à sociedade, embasam-se em direitos e deveres explícitos ou implícitos do cidadão, transformando as individualidades em causas coletivas. Com essa representatividade os governantes passam a procurar no mesmo cenário as resoluções, aproveitando as iniciativas e sugestões trazidas pela comunidade, tendo como porta voz o líder comunitário. Ao surgir uma reivindicação popular, acompanhada muitas vezes das sugestões de melhorias ou solução de um determinado problema, os governantes inserem a reivindicação na agenda publica, que por sua vez dá vazão as políticas publicas. “Nesse sentido, entende-se aqui participação comunitária como a incorporação dos responsáveis locais nos planos de governo”. (Cornely, 1976, p.23).

Desenvolver as lideranças comunitárias, preservando a cultura pré existente e transformando o “pensar” das pessoas não é tarefa fácil. A ideologia de uma sociedade mais justa, nem sempre é comum a todos, os pensamentos divergem, os valores se diferenciam para um grupo de pessoas basta um bom emprego e salário e a evolução se torna consequência a outras o bem estar social é obrigação do governo que administra o caixa publico, que por sua vez depende de arrecadação, que origina justamente do trabalho e prestação de serviços “capitalismo”.

As divisões das classes sociais surgem exatamente no ponto em que as ideologias não são compartilhadas, capitalismo ou socialismo? Quando a evolução social e cultural depende das duas vertentes, o capitalismo lidera de certa forma o ter, o que nos torna consumistas e surte efeito no aumento da produção de bens de consumo, o socialismo defende a divisão, ou



melhor, a (re) distribuição dos direitos sociais do cidadão. “Quem lidera compartilha objetivos, acata sugestões, delega poderes, mobilizando esforços para transformar agrupamentos em equipes”. (Schlither; Kisil, 2008, p.16).

Ao se compartilhar interesses comuns as probabilidades de resultados positivos aumentam gradativamente na mobilização das classes sociais lideradas em prol de uma mudança política, surgindo o conceito de liderança social. A responsabilidade de um líder social é grande, persuadir requer uma visão de futuro baseada em dados cognitivos, transformados em ideologia social, em consonância com o que é realizável, diminuindo as incertezas que geram as insatisfações.

“As lideranças políticas tem como características fundamentais o interesse pelo bem comum e a capacidade de observação dos complexos sociais e das relações sociais. Elas também compreendem o papel dos diferentes atores, ou seja, vem o conjunto da sociedade”. (Schlither; Kisil, 2008, p.22)

Organizar uma sociedade com o objetivo de que se torne igualitária, justa e sustentável é uma tarefa para todas as pessoas, participar dessa organização é escolha de alguns que munidos de conhecimento de causa e coragem, exercem a Liderança Comunitária em busca de um reconhecimento político. As lideranças comunitárias convergem à agenda publica e modificam a cultura e pensamento de uma comunidade.

“A liderança deve saber avaliar entre as diferentes possibilidades aquela que melhor atende aos requisitos de viabilidade e exeqüibilidade. Viabilidade no sentido de que existe conhecimento, método e capacidade, propostos pela ciência ou pela experiência, que mostram a possibilidade de uma determinada ação mudar a realidade. Exeqüibilidade no sentido de demandar recursos econômicos, humanos ou tecnológicos (que nem sempre estão a disposição do líder) para superar barreiras de caráter político ou cultural que impeçam a sua execução”. (Schlither; Kisil, 2008, p.18).

### **2.1.2. Agenda política.**

Viver em sociedade requer do indivíduo um esforço para não declinar somente aos seus propósitos. Os conflitos gerados a partir das necessidades comunitárias com a participação dos vários atores<sup>4</sup> sociais tornam a convivência um exercício de sabedoria e coerência. As diversas arenas políticas que abrigam os conflitos e interesses mútuos tornam-se palco dos atores sociais (políticos, governamentais, privados, etc) contribuindo para uma das fases do ciclo da política pública, formulada para administrar os conflitos e defender os interesses sociais e políticos pacificamente.

“Existem, portanto, em um mesmo instante, várias políticas, ou ao menos várias “propostas políticas” na sociedade. Em decorrência, há uma situação dinâmica em que as diversas propostas relacionam-se entre si e com a trama social a que procuram conferir uma expressão política”. (Maar, 1981, p.15).

Administrar conflitos existentes sem impactar negativamente o futuro transforma propostas políticas em agenda política, que significa um compromisso do governo com a sociedade, um pacto de paz, uma troca de interesses, barganha política (voto). Os movimentos sociais (greves, passeatas, abaixo assinado e demais) manifestados por uma demanda de interesses políticos, impulsiona ou pressiona a formação da agenda política, mobilizando os recursos de poder que os vários atores sociais detém.

A formação da agenda política caracteriza uma das mais importantes fases do ciclo da política pública, por concentrar fortes recursos de poder. A comunidade se organiza por classes que podem ser sociais, étnicas, culturais, religiosas, trabalhadoras, por idade, podendo até mesmo representar mais do que uma das classes, mobilizando os recursos de poder que norteará as prioridades na agenda pública. Segundo Marr:

“Tudo se passaria como se as classes disputassem entre si o direito de subirem ao palco, o Estado, transformando o resto da sociedade em platéia que dança conforme

---

<sup>4</sup> Segundo Viezzer (2005) denominamos ator social uma pessoa, grupo ou organização que participa de algum jogo social; possui um projeto; controla algum recurso relevante para o jogo; tem, acumula (ou desacumula) forças no jogo e, portanto, possui capacidade de produzir fatos no jogo. [www.bocc.ubi.pt/.../fortuna-brandao-almeida-leal-nogueira-ribeiro-](http://www.bocc.ubi.pt/.../fortuna-brandao-almeida-leal-nogueira-ribeiro-). acesso em: 10 nov.2011.

os interesses dos músicos. Muitas vezes, a platéia vaia, e a orquestra precisa impor energicamente a sua ordem. Outras vezes esta conseguiria conquistar o publico” (Marr, 1981, p.42).

A mobilização política pode se manifestar por grupos pequenos que detém um forte recurso de poder ou por grupos grandes. As demandas sociais surgem com a evolução da sociedade na mudança de valores morais e éticos, na absorção imediatista da tecnologia, calamidades ou catástrofes. Algumas demandas seguem um ciclo de idas e vindas, ou seja, as soluções muitas vezes são paliativas e reativas, o que ocasiona uma demanda recorrente, outras estão estagnadas em algum lugar incomodando um grupo de pessoas sem mobilizar os governantes. “A política envolve justamente este mal possível mas não necessário, o plano de incertezas envolvido na passagem dos interesses sociais aos objetivos políticos e seus agentes”. (Marr, 1981, p. 43).

Na gíria popular “ou será por amor ou pela dor”, retrata-se o poder exercido pelos governantes, o respeito pode ser conquistado pela eficácia do trabalho administrativo publico ou pela coerção, através de impostos, decretos, leis, censura, obrigações e exercício da lei (policia). Os grupos simpatizantes ou de “direita” como se costuma dizer, defenderão os trabalhos desenvolvidos e justificará as faltas ou falhas decorrentes no processo de formação das políticas publicas, enquanto o grupo contrário o chamado “esquerda”, procura justamente uma brecha para se apoderar da situação política.

“Para exercer esta atividade política, a sociedade civil tem suas próprias instituições, onde procura desenvolver direções políticas para serem levadas ao Estado, a “instituição das instituições”. Os partidos políticos seriam a principal destas instituições, em que se praticam todos os elementos da atividade política – inclusive as decisões por votação”.( Marr, 1981, p. 45).

Além dos partidos políticos existem outras instituições como, por exemplo: as religiosas, sindicais, comunidades, não necessariamente voltadas ao objetivo de gerir o Estado e sim “fiscalizar” que a gestão seja eficaz e a otimização dos recursos públicos aconteça de forma gradual e consecutiva. “Os objetivos da política deixam o espaço confinado institucional, para adquirirem embasamento social. Não é o confronto com o Estado que está

em primeiro plano, mais a capacidade de representação das demandas sociais”. (Marr, 1981, p. 39).

Sabe-se que o homem é um ser político por natureza. A política esta configurada nas diversas formas de relacionamento humano e na necessidade de convivência social a que todos os indivíduos são submetidos. “Todos os indivíduos tem o dever de participar da vida social, procurando exercer influencia sobre as decisões de interesse comum”. (Dallari, 1984, p.33). A dinâmica da “sobrevivência humana” forma um viés comercial, compra e venda de produtos, serviços e mão-de-obra, o que a submeti a formulação de leis que protejam e coordene essa “troca”. Segundo Dallari:

“Para se atingirem grandes objetivos políticos é indispensável um trabalho organizado. Isso porque toda proposta de modificação na vida social encontra resistência dos interesses estabelecidos, dos acomodados ou daqueles que tem medo de toda transformação” ( Dallari, 1984, p. 47).

Todo o processo de transformação de alguma forma causa mudanças culturais, aquilo em que se acredita como possível solução ou benefício social, inicia-se com uma quebra de paradigmas (crenças) que imobiliza as ações imediatas para a implantação das políticas publicas. Uma forma de visualizar esse fato e acompanhar os projetos de desfavelização, que no geral transfere os moradores para bairros distantes do centro da cidade com infra-estrutura precária (transporte coletivo, escola, posto de saúde, lazer,etc), os benefícios não são todos imediatistas o que causa uma resistência por parte do beneficiado, que age sem visualizar o benefício da casa própria segura, com infra-estrutura básica (saneamento, eletricidade, fornecimento de água encanada e os demais). “Quanto mais conectada e articulada for uma comunidade, mais efetivas são as transformações sociais”. (Schlither; Kisil, 2008, p.28).

A política faz parte e é essencial na construção da vida social. A formação de uma agenda política pode diminuir sua complexidade com a participação da sociedade que se manifesta através dos representantes comunitários e as ideologias políticas, que bem articuladas transformam e evolui o modo de pensar e agir “social”.

“Contudo, para um problema entrar na agenda é determinante o processo político e este tem uma dinâmica própria. Uma conjuntura política favorável para um problema entrar na agenda, pode vir de uma mudança de governo, que traz novos atores ao poder; da atuação das forças organizadas da sociedade, que têm sucesso em levar suas demandas ao governo; e das mudanças no “clima nacional” (national mood), ou seja, de uma situação onde as pessoas, por um determinado período de tempo, compartilham das mesmas questões”. (Gomide, 2008 p. 03).<sup>5</sup>

O que caracteriza a agenda política são os interesses partidários, as necessidades de organização social, administração de conflitos internos ou externos (global), intempéries, assuntos de cunho diplomatas, a reação da sociedade frente aos abusos que o poder público possa vir a cometer, toda a dinâmica gerada a partir do que se acredita ser o melhor ou o possível para uma relação humana politicamente organizada.

### **2.2.2. Lideranças comunitárias: melhores práticas.**

Liberdade e responsabilidade caminham juntas e evoluem gradativamente à medida que fazemos “uso” dos nossos direitos como cidadão. Pode-se dizer que democracia não foi e não será fácil de ser exercida, uma vez que, as faces “não democráticas” se camuflam em discursos politicamente corretos e nada transparentes. Segundo Martinez:

“É fácil de constatar que as idéias, as opiniões, as atitudes e as ações não seguem um esquema simples, mecanicista e uniforme, pois as diferentes preocupações que atormentam o homem se embaralham e se cruzam a cada instante e às vezes se chocam. É como se todas as provas automobilísticas do mundo fossem disputadas ao mesmo instante no mesmo autódromo.” (Martinez, 2002, p.22).

As relações humanas não fazem parte da ciência exata, os conflitos gerados a partir de uma ideologia formam pessoas detentoras de opiniões e dispostas a influenciar o restante do grupo. Entre as manifestações sociais, a de maior valor de decisão está nas urnas. “Sendo

---

<sup>5</sup> Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea atualmente em licença para doutoramento em Administração Pública e Governo na FGV. Foi diretor de regulação e gestão da secretaria nacional de transporte e mobilidade urbana do Ministério das Cidades.  
E-mail: alexandre.gomide@ipea.gov.br > [www.ipea.gov.br/sites/000/2/eventos/982.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/eventos/982.pdf) acesso em 11 nov.2011.

impossível a toda comunidade manifestar-se de viva voz, aceita se o numero de votos dados a uma decisão como expressão da decisão comunitária”. (Martinez, 2002, p. 27).

As decisões coletivas embasam-se em um numero maior de escolha de alternativas ou no peso de quem as escolheu, a não participação do processo decisório não isenta o cidadão da responsabilidade do efeito causado, as decisões coletivas como o próprio nome diz, surte efeito em toda a comunidade. Pode-se citar como exemplo, o regulamento interno dos condomínios residenciais, são direcionados a todos os proprietários causando uma restrição a quem habita o imóvel como locador, a quem vote a favor ou contra um regulamento sem discernimento sobre o assunto e não se atenta ao fato de que uma má escolha pode vir a valorizar ou não o imóvel.

Os direitos garantidos ao cidadão são regulamentados por leis, que não imperam em sua totalidade. Observa-se o principio de que “todos são iguais perante a lei”, mais para que seja aplicado, existem leis que regulamentem o exercício de outras, nesse caso à constituição se desdobra em artigos que garantam essa igualdade. “Parece haver um consenso de que a cidadania não é um estado passivo de gozar os direitos conquistados ou concedidos de cima para baixo”. (Martinez, 2002, p.24).

A democracia aplicada na rotina da convivência social assola a inércia humana, para que os efeitos surtam é preciso à mobilização de ações políticas bem organizadas. “A participação se faz através de organizações civis, sindicatos, partidos, em movimentos sociais, em eleições, etc., predominando sempre, como forma de ação política, o comportamento coletivo sobre o individual”. (Martinez, 2002, p.24).

Quantificar e qualificar as melhores práticas em busca da cidadania democrática garantindo direitos e praticando os deveres, e como retomar toda a história da evolução política econômica brasileira. As políticas econômicas no Brasil se adéquam de uma certa forma ao “modismo” como reflexo dos países desenvolvidos. “Desde o século dezoito se afirmou como ideal político a democracia, sistema em que a vontade do povo deve estar acima de qualquer outra”. (Dallari, 1984, p.39).

Na impossibilidade de se agrupar toda a população para o processo democrático, surgem os “representantes democráticos” junto com a figura do eleitor e candidato dentro do

processo eleitoral. Assemelha-se ao processo de colheita dos grãos, prepara-se a terra, semeia, seleciona, elege e não se descarta as sobras, podendo ser (re) aproveitadas em processos futuros adequando se as situações contemporâneas. “Não basta afirmar que todos os homens nascem livres e iguais, se uma minoria concentra toda a riqueza e o poder na sociedade e a maioria não consegue uma retribuição justa pelo seu trabalho” (Cardoso, 1990, p. 15). Nesse trecho o senador Fernando Henrique Cardoso faz referencia a classe trabalhadora e o pensamento da social-democracia.

Quantificar as ações de lideranças comunitárias através das divisões de classes, apesar de complexa, está mais explicita pelos movimentos sociais e os objetivos alcançados. A classe trabalhadora ao se agrupar por categorias sindicais organizaram e direcionaram suas reivindicações as suas necessidades de salário, segurança, direitos trabalhistas, etc., o que deixou a mostra uma economia baseada em produção de bens de consumo, fortalecendo os metalúrgicos e os serviços essenciais (saúde, eletricidade, comunicação, etc.).

Como parte de melhores práticas comunitárias o setor de comunicação, em crescente concorrência depois de privatizado e globalizado, adquiriu um custo/benefício mais condizente com a realidade brasileira e seu poder aquisitivo. A prática democrática exercida pelas lideranças comunitárias organizadas por associações de bairros é adolescente ainda e está adquirindo maturidade e identidade. Pode-se observar que as lideranças comunitárias que surgiram com a prática religiosa, que é o caso da igreja católica, reúnem mais experiência e maturidade.

A influência da liderança religiosa é uma das mais antigas e respeitadas pela comunidade, à preocupação com o “ser” espiritual e a evolução da “matéria” desmistifica o fato de que a felicidade está atrelada ao poder econômico, criando uma motivação para que as lutas pelos direitos sociais ganhem mais adeptos sem o interesse meramente político econômico, mesmo que as diferenças de classes sociais estejam atreladas justamente a diferença entre capital/trabalho.

Nessa forma de organização pastoral destaca se as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) são pequenos grupos organizados em torno das paróquias urbanas ou rurais, com a participação de religiosos e pessoas da comunidade, são comunidades porque reúnem pessoas com a mesma fé, pertencem a mesma igreja e moram na mesma região. “Motivadas pela fé

essas pessoas vivem em comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras”. (Frei Beto, 1985, p.7).

Durante o regime militar que calou, torturou e assassinou muitas pessoas para reprimir a movimentação social, os membros das comunidades de bases participaram ativamente da oposição popular. O regime militar supriu os canais de participação popular, direcionando os indivíduos a uma nova forma de organização social, ocupando o espaço da igreja, única instituição do país que escapa do controle direto dos poderes públicos.

A vida religiosa não segue as margens da realidade social, cristão precisa de alimentos, moradia, trabalho e segurança. A conscientização política agrega valores às lutas sociais, exercidas pelas comunidades religiosas ou não. “Os membros de uma comunidade de base podem ter certos interesses comum. Entretanto, cada um deles da dona de casa ao proprietário do bar da esquina, ocupa um espaço específico dentro do processo social”. (Frei Beto, 1985, p.16). O que pode diferenciar os objetivos, valorizando as organizações das classes trabalhadoras. “Nos anos 70 e 80, a Igreja era o guarda-chuva para a sociedade civil na defesa de direitos, um abrigo para os movimentos sociais e um centro de atividade política. Quando abriu o regime, não precisou mais exercer esse papel, porque floresceram outras institucionalidades”, analisa o padre José Oscar Beozzo”.<sup>6</sup>

A transferência de conhecimentos na formação de lideranças das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), tem embasamento partidário político. “O PT continua sendo o partido que tem mais preferência dos militantes das Comunidades Eclesiais de Base, mas existem partidários do P-SOL e tem gente que saiu do PT para militar com a Marina Silva, do Partido Verde”, conta o padre Benedito Ferrazo, um ativo militante. Alguns nomes de peso da política e do governo Lula, tiveram suas bases criadas na igreja. Como a ex-prefeita Erundina<sup>7</sup>, ameaçada pela repressão militar, que se abrigou e protegeu nos momentos mais difíceis dentro da relação com a igreja progressista.

---

<sup>6</sup> Nassif, 2010, disponível em <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-pt-e-as-bases-catolicas>, acesso em (11 nov.2011).

<sup>7</sup> Luiza Erundina Souza – eleita prefeita de São Paulo em 1988 – pelo partido dos trabalhadores PT.



A prática de movimentos sociais doutrinados pelo evangelho e defendidos pelas comunidades Eclesiais de Base motiva as comunidades rurais a lutar pelo direito a terra, mesmo sem apoio financeiro. Segundo Frei Beto:

“Na consciência das comunidades rurais, a luta é a vivência do Evangelho. Elas não perguntam qual distinção entre evangelização e libertação, que é o trabalho supletivo da igreja ou se o Evangelho é pela violência ou não violência. Premidas pela necessidade, sabem que Deus criou a terra para todos e que a terra deve ser de quem nela trabalha. (Frei Beto, 1985, p.9).

O envolvimento religioso com a política cria elo com vulnerabilidades, uma vez que as lideranças discordem de quem ajudaram a eleger, fica difícil fazer o papel de “esquerda”, guiados pela ética e moral religiosa. Os líderes religiosos que aderem ao governo passam a representar uma classe. “Quando se abandona o discurso religioso e se hipertofria o discurso político, se está de fato aceitando a apropriação que a burguesia fez do capital simbólico da fé e não enfrentando o desafio de desapropriá-lo”. (Frei Beto, 1985, p.13).

A formação de lideranças comunitárias através das Comunidades Eclesiais de Base, tem como mola propulsora o método pedagógico “ver”, “julgar” e “agir”.

- Ver: nos encontros comunitários os participantes narram seus problemas e aflições (filhos doentes, desemprego, etc) cada uma das pessoas tem uma interpretação diante narrativa o que se propõem a julgar e priorizar (grau de importância);
- Julgar: como Jesus agiria diante desse desafio? Procura-se então uma passagem do evangelho que possa “iluminar” uma decisão.
- Agir: plano de ação propriamente dito, ações concretas para solucionar os problemas;

A comunicação é a parte essencial da formação, quando ocorre o processo de comunicação coloca se em pratica o “ouvir” que direciona todo o retorno dessa comunicação, questiona-se: O resultado está sendo alcançado? Os problemas e soluções estão de comum acordo? O impacto na comunidade é positivo? Ao se enumerar as respostas verifica se a formação de lideranças está sendo posta em pratica ou não.

“A comunidade, por sua vez, na teia de relações entre pessoas e grupos que anima, é capaz de desenvolver uma concepção da ordem política ideal, alicerçada em valores e voltada a uma visão de fins, admitidos pela generalidade de suas forças validas” (Souza Junior, 2002, p. 56). Legitimar uma ordem política (constituição) não pode ser obra meramente do acaso, é preciso acompanhar a evolução do “pensar social” e adequar se as mudanças da linha do “tempo”. Segundo Souza Junior:

“Uma ordem política pode perder a sua legitimidade: ou porque os valores dominantes na Comunidade se alteraram, com o tempo, e a ordem institucionalizada não acompanhou essa mudança, para adaptar-se à nova situação; ou porque a ordem política, em razão de defeito de estrutura, deixa de funcionar adequadamente, mostrando-se incapaz de administrar, com sucesso, os conflitos políticos e de superar as crises inevitáveis em um processo histórico”. (Souza Junior, 2002, p. 58).

A prática precisa estar em coerência com a teoria. A teoria nasce de uma leitura das necessidades sociais e no momento em que se coloca em prática, pode sofrer alterações causadas por situações contemporâneas, à formação de lideranças comunitárias pode estar conceituada na pratica da fé, mais é preciso discernimento na hora de mover montanhas.

### **3. LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E AGENDA POLÍTICA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.**

A formulação da agenda política é norteada pelo Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257, publicado em 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, fixa as diretrizes de política urbana, utilizando-se, sobretudo, do princípio das funções sociais da propriedade e da cidade, de forma a garantir o acesso à terra urbanizada e regularizada, o direito à moradia, ao saneamento básico, aos serviços urbanos a todos os cidadãos e a implementação de uma gestão democrática e participativa.

O Estatuto da Cidade delega ao Plano Diretor a função de definir as condições com as quais a propriedade deve conformar-se para que cumpra a função social da Cidade e das propriedades pública e privada com a participação comunitária.

#### **3.1. Metodologia do Caso**

A pesquisadora é funcionária pública municipal atuante na área de proteção social a crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Pode-se observar que a convivência social ocasiona conflitos de direitos e poderes que podem e devem ser solucionados por lideranças capazes de interpretar as leis e cumprir o papel democrático necessário para a equidade das decisões, que direcionou a escolha do tema.

A pesquisa baseou-se em reunir registros de atuações de lideranças comunitárias em todos os recursos midiáticos disponíveis: livros, revistas, jornais, sites, depoimento pessoal de uma líder comunitária. A dificuldade em obter informações se deveu ao fato de que a maior parte das lideranças estão estruturadas em associações de bairros que possuem um representante no legislativo, inclinando as conquistas diretamente à projetos de lei apresentados na câmara, causando uma dúvida na autoria. Uma líder comunitária em questão citada na pesquisa mereceu destaque por ter sido apontada como uma pessoa que trabalha sem

apoiar um representante no legislativo e ter projeto de políticas públicas custeado por empresa privada.

### **3.2. Registro de Participação Popular na formulação da Agenda Política em São José dos Campos.**

São José dos Campos está sob o atual governo partidário desde o ano de 1997 e no ano seguinte a constituição propõe a participação popular nas decisões e ações governamentais, 1988 fica marcado pelas premissas: direitos sociais e democracia. Este capítulo traça de forma linear a evolução do Município com a participação popular.

A lei orgânica<sup>8</sup> do município disponível em <http://www.camarasjc.sp.gov.br/> organiza essa participação, doutrinando os parâmetros dos direitos com alguns parágrafos que merecem o devido destaque.

Da participação popular:

Art.9º - Todo poder é naturalmente privativo do povo, que o exercerá de forma direta ou através de seus representantes eleitos.

Art.12 - É garantida a participação popular nas decisões do Município, no aperfeiçoamento democrático de suas instituições e na fiscalização de seus órgãos, que se dará através de audiências públicas, conselhos populares e demais formas previstas em lei.

Art.15 -A Câmara Municipal garantirá às entidades legalmente constituídas ou reconhecidas como representantes de interesses de seguimentos da sociedade e aos partidos políticos o direito de pronunciar-se verbalmente nas audiências públicas, em reuniões das comissões parlamentares, com a institucionalização da tribuna popular, sempre que se tratar de assunto diretamente ligado às suas áreas de atuação.

Art.16 - É obrigatória a realização de audiência pública nos seguintes casos:

- I - projeto de licenciamento que provoque impacto ambiental, definido em lei;
- II - atos que envolvam conservação ou modificação do patrimônio histórico, arquitetônico, artístico ou cultural do Município;

---

<sup>8</sup> Câmara Municipal de São José dos Campos – [www.ceaam.net/sjc/legislacao/index.php](http://www.ceaam.net/sjc/legislacao/index.php) - acesso 29/10/2011.

III- elaboração dos projetos de lei das Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual e do Plano Plurianual. (Alterado o inciso III do artigo 16 pela ELOM 11/91, de 31/10/91, Proc. 3723/91)

IV - elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

V - elaboração ou alteração de legislação reguladora do uso e ocupação do solo.

Consta como notícia no site da prefeitura <sup>9</sup>que a participação da população chegou a mais de 10.000 pessoas em todas as audiências públicas do atual governo. Considerando que o município tem uma população de mais de 600.000 habitantes e o governo está atuante nos últimos 16 anos o número de participantes é irrisório. O ente municipal acata a legislação pertinente divulgando em jornais de grande circulação da região.

Em São José dos Campos, como exemplo de participação de lideranças comunitárias na agenda política, temos o Conselho Municipal Antidrogas, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural, Conselho Municipal de Turismo, Conselho Municipal de Saneamento Básico, Conselho Municipal de Segurança Pública, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Saúde, Conselho Municipal de Educação.

Todos os conselhos pesquisados estão em pleno funcionamento e ativos. Os conselhos são canais efetivos de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (Federal, Estadual e Municipal). Seu papel é fortalecer a participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. Devem ser compostos por um número par de conselheiros, sendo que, para cada conselheiro representante do Estado, haverá um representante da sociedade civil (exemplo: se um conselho tiver 14 conselheiros, sete serão representantes do Estado e sete representarão a sociedade civil).

Mas há exceções à regra da paridade dos conselhos, tais como na saúde e na segurança alimentar. Os conselhos de saúde, por exemplo, são compostos por 25% de representantes de entidades governamentais, 25% de representantes de entidades não-governamentais e 50% de usuários dos serviços de saúde do SUS sistema Único de Saúde. O perfil dos conselheiros em

---

<sup>9</sup> <http://www.sjc.sp.gov.br/governo/noticias.asp?id=24438> – acesso em 29/10/2011.

muitos casos são pessoas indicadas por entidades representativas dos organismos sociais ou conforme a lei que o criou e na falta de uma normatização são pessoas indicadas pelo governo.

Quanto à capacitação muitos dos conselheiros possuem graduação na área de atuação e como exemplo pode se citar o curso de capacitação dos conselheiros tutelares que assumiram o triênio 2010/2013. Como formação os conselheiros precisam ter constante capacitação no tocante as leis e os direitos dos munícipes.

Na elaboração de programas e metas do Plano Plurianual de Investimentos PPA<sup>10</sup> do município de São José dos Campos 2006/2009, foram realizadas 14 reuniões públicas com a participação de 1.609 munícipes, no relatório das audiências constam a presença de líderes de associações de bairros e vereadores, e alguns funcionários comissionados, sendo diretores de secretarias, assessores e chefes de divisão.

Em agosto de 2007 a Prefeitura Municipal de São José dos Campos realizou seis audiências públicas para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2008, revisão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 e 2008 e do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) de 2006 a 2009. Observa-se que grande parte da população não toma conhecimento da realização das audiências e ou, mesmo sabendo, a maioria não tem noção da importância de sua participação. Trabalhar a conscientização quanto à importância da elaboração das peças orçamentárias de forma participativa, incentivando a todos a cumprirem seu papel, faz parte do papel dos líderes comunitários.

Em um dos registros, nos moldes de notícia publicada no site do município<sup>11</sup>, consta ata de uma audiência pública que reuniu moradores da zona Leste de São José dos Campos, representando seis bairros legalizados que abrigam uma população pertencente a classe econômica classificada como “B” e “C”, refinaria de petróleo, super mercados atacadistas e

---

<sup>10</sup> O Plano Plurianual - PPA é o instrumento de planejamento orçamentário no qual deverão ser estabelecidos os objetivos e as metas quadrienais da administração para as despesas de capital, estas definidas pelo art. 12 da Lei nº. 4320/64, compondo-se pelos Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital, e para as despesas relativas aos programas de duração continuada, conforme dispõe o § 1º do inc. I do art. 165 da Constituição Federal. <http://servicos.sjc.sp.gov.br/servicos/transparencia/conteudo.aspx?id=26&rand=E461>. Acesso em 19 nov.2011

<sup>11</sup> <http://www.sjc.sp.gov.br/governo/noticias.asp?id=24438>

varejistas, e vários comércios e prestadores de serviços, com infraestrutura bem desenvolvida e funcional.

As reivindicações manifestadas foram: cobertura de uma quadra de esportes, imposição a transferência de uma enfermeira da Unidade Básica de Saúde, implantação do projeto Saúde da Família que passaram a ser tratadas “como caso em análise” não comprometendo os representantes governamentais presentes na audiência, a discussão aconteceu entre 287 moradores, representantes de associações de bairros e do atual governo incluindo secretários e o prefeito.

Não obstante as respostas evasivas os participantes e líderes comunitários registraram total apoio ao resultado da audiência. Acatando as devolutivas como satisfatórias ao processo de formulação da agenda política. No mesmo espaço o secretário de saúde solicitou atenção aos cuidados para com a prevenção e combate a “Dengue” cobrando uma participação da comunidade na formação de multiplicadores nas ações.

Criadas para aproximar a população dos gestores públicos, as audiências públicas já foram realizadas em outras regiões, mais de 2 mil moradores da cidade já participaram dos encontros e tiveram a oportunidade de conversar com o prefeito, tirar dúvidas e fazer sugestões. O município disponibiliza uma telefônica direta (tel 156), em que a população pode formalizar suas queixas e reivindicações e recebem a resposta em 24 horas.

Em 24/02/2011 foi em outra região da cidade, sendo a décima audiência pública. Nos informes oficiais do município constam relatos de moradores e líderes comunitários manifestando plena satisfação à proximidade do prefeito com os munícipes. Observa-se que as audiências públicas acontecem também em cumprimento a lei orgânica do município. O prefeito estreita a proximidade com os habitantes participando semanalmente de entrevistas nas rádios locais, respondendo as duvidas e reivindicações da sociedade.

A agenda publica do Município é elaborada com a participação de lideranças comunitárias e de acordo com o Plano Diretor, neste ano de 2011 os governantes estão voltados a questão da desapropriação do Banhado<sup>12</sup> para preservação de área ambiental, existe

---

<sup>12</sup> Uma área de 4.320.000 m<sup>2</sup> - imediatamente continua a região urbana - em 1984 a lei municipal 2.792/84 declarou o banhado área de proteção ambiental.

no Plano Diretor, premissas para todas as áreas de desenvolvimento comunitário: educação, transporte, saúde, segurança, urbanização entre outras.

### 3.3. Caracterização do município (principais dados).

São José dos Campos desenvolveu-se as margens do rio Paraíba do Sul e com uma localização privilegiada entre cidades serranas e litorâneas. Conforme o censo de 2010 a população de 627.544 seiscentos e vinte e sete mil quinhentos e quarenta e quatro habitantes, está dividido em:

Tabela 1 – Classificação do Número de habitantes

Número de Habitantes	Classificação
Habitantes	627.544
Homens	307.394
Mulheres	320.150
População urbana	615.610
População rural	11.934
Média de moradores por domicílio	3,32
Taxa de crescimento anual (2000 a 2010)	1,53%
Densidade demográfica (estimativa de 2009)	575,20 habitantes por km <sup>2</sup>

Fonte: Secretaria de Planejamento Urbano Censo (2010)

Seu Clima é Mesotérmico úmido com estação seca no inverno. A área do município situa-se no Planalto Atlântico e inclui subdivisões naturais em zonas, determinadas por feições morfológicas distintas: Serra da Mantiqueira, Médio Vale do Paraíba e Planalto de Paraitinga, com altitude média de 600 metros, variando de 550 metros, na planície aluvial do Rio Paraíba do Sul, a 2.082 metros no Pico do Selado, ponto culminante, no norte do município. Seu Bioma é de Mata Atlântica e tem como principal recurso hidrográfico a Bacia do Rio Paraíba do Sul.

Quanto aos indicadores de desenvolvimento humano, São José dos Campos era considerado um município com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupando,



em 2000, a 32ª posição no ranking do IDH-M entre todos os municípios do Brasil (FJP/IPEA, 2011) e a 11ª posição entre os 645 Municípios paulistas.

A nível estadual, ocupa o Grupo 1 (municípios com elevado nível de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais) do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) em 2008 (SEADE, 2011), conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Classificação de SJC no ranking do IPRS dos municípios paulistas

Indicador	Ranking
Riqueza	33º
Longevidade	117º
Escolaridade	210º

Fonte: [www.sjc.sp.gov.br](http://www.sjc.sp.gov.br) – Secretaria de Planejamento Urbano SEADE (2011).

Comarca: São José dos Campos, natural da cidade: joseense, distritos: Eugênio de Melo e São Francisco Xavier. Aniversário da cidade: 27 de julho (feriado municipal). Área total 1.099,6 km<sup>2</sup>, área urbana 361,95 km<sup>2</sup>, área rural 734,39 km<sup>2</sup>, área de expansão urbana (São Francisco Xavier) 3,26 km<sup>2</sup>, área de proteção ambiental 52,36 % do território.

O município já recebeu diferentes prêmios entre eles, Premio Internacional Príncipe Michel de Segurança Viária, Prêmio Denatran (educação no trânsito), Prêmio Volvo (transito seguro) durante os anos de 2006 e 2007 baseadas na modernização da engenharia (pavimento e sinalização viária), uso de tecnologia na fiscalização, transporte público e, principalmente, na diversidade das campanhas educativas. Em 2006, São José dos Campos já havia vencido o XVI Prêmio Volvo, em nível regional, entre as cidades da região sudeste.

As ações que levaram o município a conquista de prêmios interfere no desenvolvimento comunitário no quesito facilidade de locomoção e acesso a todas as regiões, facilitando a comunicação fato propulsor da participação democrática.

A economia de São José dos Campos abriga hoje todos os segmentos do mercado: indústria, comércio, prestação de serviços, tecnologia, agropecuário, pesquisas e aeronáutica, automobilístico, construção civil e de turismo, uma prática que se tornou comum com a migração de mão de obra para o município. A versatilidade de ocupação gera os indicadores

favoráveis de Índice de Desenvolvimento humano, arrecadação de impostos, importação e exportação, Produto Interno Bruto PIB orçamento anual com a participação das transferências de recursos estaduais e federais ao município.

As exportações de São José dos Campos aumentaram 7,46% em 2010 em comparação com 2009, totalizando US\$ 5.222 bilhões de dólares. As importações somaram US\$ 2.818 bilhões de dólares e o saldo da balança comercial foi de US\$ 2.403 bilhões de dólares. Com o desempenho, São José dos Campos encerrou 2010 como o quinto maior município exportador do Brasil. Os dados são do ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior. Aeronaves, automóveis, autopeças, e aparelhos de transmissão de telefonia celular foram os principais itens exportados pelo município. Os principais mercados foram Argentina, Estados Unidos, China e Espanha.

### **3.3. Estruturação da liderança comunitária em São José dos Campos.**

Observa se que na fundamentação teórica, descreveu se o conceito de liderança, comunidade, as melhores práticas ligadas a lideranças comunitárias e agenda política. A estruturação da Liderança comunitária em São José dos Campos começa com a divisão das classes trabalhadoras representadas pelos seus sindicatos, pelas causas sociais, pelo desenvolvimento econômico e sustentável, se estruturam com seus iguais. O primeiro passo da estruturação da liderança é procurar o objetivo em comum da comunidade ou grupo a qual faz parte.

Cada liderança se estrutura conforme seus ideais e problemáticas, na época em que São José dos Campos abrigava os tuberculosos ansiosos por cura, o proprietário da banca de ervas medicinais no mercado municipal era uma liderança disposta a milagres. “Noutros tempos a banca era visitada por médicos conceituados de São José dos Campos”. (Papali, 2008, p.146). Com a industrialização que teve inicio na década de 20, o sindicato dos metalúrgicos ajudou a desenvolver vários líderes que contribuíram para a conquista dos direitos trabalhistas.

“Os seres humanos, situados embora em grupos conflitantes, são capazes de perceber a necessidade da coesão social e desenvolver, inclusive a partir de bases afetivas, um

espírito de identidade, compromisso e responsabilidade, relativamente a uma ordem política”. (Souza Junior, 2002, p. 64). Essa associação entre organização social e ordem política, transpassa o pensar individualista, transformando “causas” em movimentos sociais capazes de estruturar, solidificar, ou até mesmo, desfazer uma estruturação de liderança.

As várias divisões de classes como organização social, facilitam a leitura cognitiva de dados que possam traçar um planejamento estratégico para cada objetivo a ser alcançado. “O homem é um ser ao mesmo tempo, econômico e religioso, “científico” e “artístico”; moral e político. ( Souza Junior, 2002, p.14). As classes econômicas do município estão distribuídas em 323 bairros legalizados, nas zonas central, norte, leste, sudeste e oeste. Na zona leste temos quatro bairros clandestinos que abrigam uma população de baixo poder aquisitivo e moradias sem infraestrutura.

A estruturação das lideranças comunitárias se organiza através das associações de amigos de bairro, que tem como finalidade representar a comunidade nos órgãos municipais, procurar por melhorias, abrir espaço de lazer aos moradores, capacitação e conscientização para os problemas sazonais, como exemplo, a contaminação pelo mosquito *aedes aegypti*, popularmente conhecido como transmissor da dengue, campanhas contra o uso de drogas, abaixo assinados para sensibilizar os governantes e conseguir benefícios comunitários.

Em São José dos Campos há registro de 177 associações de bairros<sup>13</sup> que cumprem as regras de edital para eleger seus representantes, estatuto como norteador dos direitos e deveres perante a comunidade e registro em cartório. No estatuto rege uma clausula de impedimento ao representante concorrer a cargos eletivos da administração.

A estrutura de associações de bairros é composta por: Presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros, conselho fiscal, composto por três membros efetivos e três membros suplentes. As associações de bairros representam uma das formas de estruturação de lideranças comunitárias, não necessariamente todos os líderes comunitários fazem parte dessa estrutura.

O município abriga alguns líderes que ocupam cargos em indústrias da região e estão ativos na interface empresa/comunidade. O Bairro do Limoeiro localizado na zona oeste do

---

<sup>13</sup> Fonte Secretaria de Relações Comunitárias – Rua Conselheiro Rodrigues Alves, 316 – Centro

município tem como inquilino uma indústria química que nos últimos 15 anos, modificou completamente a sua relação com a comunidade, investindo em capacitação e conscientização de políticas públicas para a população, incentivando a comunidade a ocupar seu espaço de direito perante os órgãos públicos e direcionando recursos a projetos sociais no bairro.

Com a lei de responsabilidade social as empresas privadas da região adotaram a comunidade em que se hospedam, alguns bairros tem verdadeiros padrinhos, cumprindo as suas obrigações dentro da lei. No Bairro Vista Verde, região leste, a refinaria de petróleo, financia projetos sociais e de meio ambiente para diminuir o impacto negativo frente aos moradores, a comunicação com os líderes comunitários é feita por uma empresa de consultoria que colhe informações e tabula pesquisas registrando necessidades e reivindicações e mensurando o grau de satisfação dos habitantes do bairro.

Uma das divisas da refinaria se confronta com mais três bairros: Vila São Benedito, Jardim Souto e Residencial Cambuí, onde habitam uma média de 5.000 mil famílias. Esses bairros sofrem com as enchentes do córrego Cambuí, que causa diversos danos não só as moradias mais também a saúde dos habitantes. A representatividade da comunidade é feita pela Sociedade Amiga dos Moradores da Vila São Benedito, Jardim Souto e Residencial Cambuí, a representante legal afirmou não ter partido político e batalhar em prol da comunidade.

Em visita a comunidade Vila São Benedito, pôde-se observar que a liderança comunitária administra um projeto ambiental em parceria com a escola estadual do bairro patrocinado pela Refinaria de Petróleo onde atua como membro do Conselho Público, está prestes a conquistar via Governo Municipal um espaço comunitário a ser construído ao lado da quadra de esportes (início das obras com previsão para fevereiro/2012) e descreve como uma de suas conquistas a circulação do transporte coletivo, antes mesmo de conquistar a representatividade dos bairros.

A liderança em questão se estruturou fora dos padrões, não tendo vínculo com vereadores e classificando a liderança como missão e não uma “oportunidade”, comprometida com a comunidade quer manter distancia da troca de “favores”, que acredita marginalizar o processo de criação das políticas publicas. Como Cidadã é voluntária do Programa Escola da Família e conselheira da Unidade Básica de Saúde do bairro Jardim da Granja. No papel de

líder comunitário mantém um canal de comunicação moroso comunidade/governo, a viabilidade de recursos para as reivindicações por vezes origina por via empresas privadas e não governamentais.

### **3.4. Impacto das comunidades na agenda política.**

O município que evolui de estância climática e sanatório para tuberculosos para um município tecnológico em 244 anos. A localização estratégica de São José dos Campos facilitou o trânsito dos doentes de tuberculose que iriam se tratar em Campos do Jordão, uma oportunidade de dinamizar recursos, a mesma estratégia usada para que a cidade absorver se as mudanças tecnológicas e abrigar um pólo industrial. “Assim como o presente joseense se pauta na industria aeronáutica e espacial, o passado joseense se fez pela industria do doente”.(Papali, 2008, p. 38).

A proximidade com a Capital São Paulo, o porto de São Sebastião e a redução do tempo percorrido entre São José dos Campos e a cidade do Rio de Janeiro, após a construção da rodovia Presidente Dutra, atraiu investidores da indústria. A indústria se pautou em duas áreas: automobilística e aeronáutica. Não diferente do país São José dos Campos teve a sua governança tratada pelo coronelismo, à posse de terras e o domínio financeiro, regia as principais decisões de “políticas publicas”, como exemplo, a canalização da água. “Foi uma luta constante entre os habitantes e os poderes públicos para trazer o abastecimento de água à cidade sendo que, nem sempre, as duas partes estavam do mesmo lado ou argumentavam da mesma forma”. (Papali, 2008, p. 75). Os recursos públicos foram direcionados para o abastecimento de água encanada, mais não previa o tratamento do esgoto, o que por consequência contaminava a água. Notícia publicada em jornal da época.

“No jornal local “O Caixeiro” de novembro de 1904 encontramos publicado: na esquina da matriz diziam; - que brevemente teremos água encanada, graças aos esforços do coronel Monteiro;- que o Caixeiro aprova e aplaude tudo quando for tentado em beneficio d'este torrão”. ( Papali, 2008, p. 76).

Observa-se na história que o problema de escassez da água sempre esteve presente na vida dos joesenses, houve períodos de seca que o prefeito determinou uma fiscalização para deter o desperdício. “Interrompendo o fornecimento aos prédios cujos moradores abusarem”. (Papali, 2008, p. 77). Como medida de conscientização e contenção de desperdício, em 1925 a prefeitura resolve instalar hidrômetros nas casas. Começa aqui então as disputas políticas movidas pelas necessidades básicas dos habitantes, que se agravam por volta do século 20 quando o município passa a abrigar um número cada vez maior de tuberculosos. Surge uma nova disputa de poder, relaciona a questão sanitária, nomeando-se um prefeito como interventor.

Durante a década de 70 movido pelo crescimento populacional foi reformulada a lei de zoneamento, até então estava ligada a construção de residências e apartamentos para a classe média. “No início da década de 1980, há uma explosão de loteamentos na região leste, área com grandes vazios urbanos, cujo objetivo era atender à demanda residencial”. (Papali, 2008, p. 99). A consolidação desse projeto esbarrou na lei que obrigava o empreendedor a instalar toda a infraestrutura, o que onerou os loteamentos, limitando a oferta de lotes populares. A população de pouco poder aquisitivo começa a migrar para lugares distantes do centro e morar em pequenas chácaras sem infraestrutura, causando um grande vazio urbano e incentivando os loteamentos clandestinos.

Tem início a preocupação em planejar uma cidade igualitária, com a participação dos habitantes que faziam parte da classe com mais poder aquisitivo e cultural. Uma das ações do poder público para diminuir o avanço da população para lugares cada vez mais distantes, acontece em meados da década de 1980, a retração do perímetro urbano e a diminuição dos encargos de infraestrutura impostos aos empreendedores, com o objetivo de ocupar os espaços vazios.

Como a organização espacial demográfica fica atrelada ao desenvolvimento econômico, surgem os bairros dos trabalhadores em indústria e o centro abriga os comerciantes. As lideranças comunitárias fazem movimentos contrários, a classe de menor poder aquisitivo briga por direito a moradia digna, enquanto os empreendedores da época verticalizam o centro, com a construção de prédios residenciais e comerciais. “através das legislações municipais, é possível analisar com maior profundidade a intervenção do Estado,

no que diz respeito à regulamentação do processo de verticalização na cidade”. (Papali, 2008, p. 105).

Em 10 de julho de 2001, a lei n. 10.257 regulamenta o capítulo de política urbana da Constituição Federal de 1988. Essa lei institui o Plano Diretor como ferramenta de planejamento econômico e urbano do município. Conforme o senso de 2000 São José dos Campos abriga uma população com índice de 8,42 média de anos de estudo, a cidade investe cada vez mais em projetos de capacitação, escolas técnicas e universidades, oportunizando a população conhecimento para opinar e direcionar a evolução social.

Em 26 de agosto de 2010, é promulgada a nova lei complementar de zoneamento que estabelece o uso e ocupação do solo em consonância com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município. A lei complementar de zoneamento foi elaborada com a participação ativa de lideranças comunitárias, população, empresários do ramo da construção civil e representantes políticos. A prefeitura apresentou o projeto de lei de Zoneamento em uma audiência pública aberta a toda a população, antes apresentou a proposta técnica aos vereadores, ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDUCU) e à imprensa. Disponibilizou em consulta no site e se comprometeu a se reunir com entidades da sociedade civil interessada em conhecer mais detalhes. O projeto de lei de Zoneamento foi reformulado depois de 13 audiências públicas em diversas regiões da cidade, entre as preocupações da população destacam-se: verticalização, localização de bares e restaurantes, zonas industriais e comerciais, estacionamento, drenagem, conflitos de uso, ocupação e parcelamento do solo.

Entre tantos desafios e diretrizes assumidos que constam no Plano Diretor aprovado no ano de 2006, como prioridade, foram definidas ações para as áreas de favela que incluíram o levantamento cadastral de todos os núcleos, para se obter avaliação real do problema, e o congelamento dos núcleos, com participação da comunidade, visando desenvolver um programa para cada um deles. A partir deste levantamento vários programas foram implantados, sendo apresentados a seguir de forma regional. Entre os anos de 1991 e 1992, não havia sido implantada uma política habitacional para o município e a camada de baixa renda da população instituiu como forma de resolução dos seus problemas, a formação de núcleos de favelas, com sub-habitações. Foram cadastrados 11 núcleos de favelas, alguns muito antigos como a Santa Cruz e a favela do Banhado e núcleos que haviam surgido nos

últimos anos como a favela do Regaço ou Nova Tatetuba e o galpão da Campoy e a creche invadida. Esses núcleos foram cadastrados e congelados e desde então são monitorados: Galpão da Campoy; Creche invadida; Salinas; Miracema; Morro do Regaço ou Nova Tatetuba; Interlagos; Santa Cruz I; Nova Detroit; Antonio Aleixo; Praça Natal; Caparão. Nesses núcleos viviam mais de 1.700 famílias, constituindo quase 10.000 pessoas.

O presente governo atuante desde 1987 no município assumiu um compromisso com a moradia digna e a desfavelização, o que desencadeou muitos conflitos sociais e manifestação da oposição. Os núcleos de favelas foram transferidos da região central para bairros distantes. O governo disponibilizou infraestrutura básica, mais acabou deixando os moradores distantes até mesmo dos seus meios de sustento “trabalho”.

Um dos casos mais polêmicos de transferência de moradores foi a desocupação do “Morro do Regaço”, 223 famílias que se instalam em uma área particular que abrigava uma olaria que também representava o meio de sustento das famílias. Após a falência da olaria os trabalhadores se mantiveram na área, com suas residências construídas com os tijolos e sem infraestrutura, o governo anterior a 1997 não tinha uma política de urbanização e os moradores pleitearam os seus direitos como usucapião. A partir de 1997 começam as ações voltadas a desfavelização, a construção de moradias em um bairro distante na zona leste denominado Jardim São José II, popularmente conhecido como “Cidade de Deus”, é designado à nova moradia dos então “favelados” gerando vários conflitos e protestos.

A falta de geração de renda somada ao fato de os ocupantes do novo bairro ter de assumir as obrigações com o pagamento das prestações habitacionais, energia elétrica, saneamento, água encanada e os custos de locomoção (a distancia se tornou um obstáculo também para se trabalhar), causou uma controvérsia no programa social que se arrastou por mais de sete anos. A liderança comunitária promoveu vários protestos como passeatas e discursos nas rádios locais, unidos a Central de Movimentos Populares, que ameaçaram denunciar o prefeito a entidades internacionais ligadas aos direitos humanos por coação. Os líderes acusam a prefeitura de pressionar os moradores a aceitarem a transferência, conseguindo assim um número mínimo de adesão a desfavelização, que beneficia o governo no cumprimento do seu projeto. Apesar de toda a luta desencadeada pelos moradores em busca dos seus direitos, em 2006 a prefeitura tem liberação da justiça para limpar o terreno e



demolir as construções, com a desocupação já concluída. Um laudo que instituía a área como sendo de risco pesou na decisão judicial.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A garantia de direito a um estado Social e democrático deveria estar explícito nos atos dos governantes, as leis promulgadas, deliberadas, modificadas nem sempre é a expressão da liberdade. Direito a moradia digna, alimentação, educação, saúde e segurança estão causadas em inúmeros parágrafos que precisam ser interpretados por advogados, juízes, promotores, por quem tem experiência no abstrato.

As ações sociais visam um estado de felicidade plena, com condições favoráveis a viver em liberdade, com discernimento do respeito ao próximo e a comunidade a que pertence implantar as ações é outro passo. O distanciamento que existe entre o ideal e o realizável criam as diferenças de moradia e classes sociais. Ser um líder comunitário é extrair expectativas, se comprometer com o imaginável e realizar o impossível. A participação da população e seus representantes comunitários ainda é irrisória (pouco representativa) no orçamento participativo, conforme registros nas atas e imprensa local, organização política começa com o destino dos distribuição dos recursos e definição das prioridades das necessidades sociais (agenda política municipal).

O registro dos movimentos sociais está em todas as grandes conquistas da humanidade e na evolução do município de São José dos Campos. As lideranças comunitárias de cunho religioso reúnem uma bagagem de fé e respeito conquistado pela coragem de lutar em uma época de repressão e covardia. Os governantes estão tendo que aprender a trabalhar com a palavra democracia e socialismo, dividindo a responsabilidade com a parte mais vulnerável do processo de organização política, a “comunidade”.

A globalização aliada às privatizações contribui para que a balança comercial se movimente com resultado favorável a economia do município. O planejamento urbano se tornou um desafio nos últimos 20 anos, a verticalização está mudando o panorama geográfico setorial. O ideal está sendo construído aos poucos é o mal necessário. As mudanças atingem todas as classes sociais as ações precisam ser monitoradas estrategicamente o que torna o processo moroso e muitas vezes injusto com os mais necessitados, esse mal necessário de

certa forma favorece o planejamento estratégico e a organização política social diminuindo as possibilidades de erros e desvios.

O planejamento de um município envolve políticas públicas embasadas nas necessidades das comunidades, algumas com alto poder econômico e outras gritando pela justiça social e garantia dos direitos legitimados. Os indicadores econômicos revelam uma São José dos Campos evoluída, tecnológica, sustentável e empreendedora. Os problemas das desigualdades sociais existem e estão sendo transferidos para bairros distantes, com a promessa de “Felicidade” garantida pela casa popular, transporte público, escola e segurança.

Observa-se um município com muitas oportunidades profissionais e carente de mão-de-obra especializada. A indústria e o comércio mantêm uma relação de amor e ódio, entre si, a mesma mão que industrializa um bem, também protagoniza a compra, o município que tem características industriais também se movimenta nas relações comerciais de compra e venda causando ambigüidade no que move a economia. O impacto das lideranças comunitárias na agenda pública está engatinhando e consegue se colocar de pé diante de um apoio político e partidário.

As lideranças comunitárias não partidárias enfrentam algumas dificuldades frente aos órgãos públicos, o canal de comunicação é mais lento do que quando se tem um representante no legislativo, em compensação, o recurso oriundo das empresas privadas para as melhorias e benefícios comunitários tem uma captação mais rápida. São José dos Campos tem uma estrutura de liderança bem diversificada e articulada com o poder público em sua maioria.

Sabe-se que algumas lideranças comunitárias agem com duplo interesse, muitos usam as Associações de Bairros como trampolim político e barganha de cargos indicados no poder público. As manobras políticas que envolvem as lideranças atuantes na invasão da área denominada Pinheirinho merecem um estudo mais detalhado pela importância social do caso.

São José dos Campos tem muito a ser explorado, os próximos temas para pesquisa podem ser “Responsabilidade Social e a Comunidade – ganhos e perdas”, “A indústria como propulsora da formação de conflitos sociais”.

## 5. REFERÊNCIAS.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Desenvolvimento de Comunidade. São Paulo:**Cortes & Moraes, 1979.

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO VALE DO PARAÍBA.**CODIVAP.**Disponível em: <<http://www.codivap.org.br/municipios.asp>>  
Acesso em: 30 set. 2011.

CORNELY, Seno A. **Serviço Social- Planejamento e Participação Comunitária.** São Paulo: Cortez e Moraes Ltda, 1976.

CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a Tua Obra? Inquietações Propositivas Sobre Gestão, Liderança e Ética.** Editora Vozes Ltda, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Que é participação Política.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FRIED, Norton. **A evolução da Sociedade Política.** Tradução de Luís Fernando Dias Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FURTADO, Celso. **Prefácio a Nova Economia Política:** Paz e Terra, 1976.

GOMIDE, Alexandre. **Agenda Governamental e Formulação de Políticas Públicas: o projeto de lei de diretrizes da política nacional de mobilidade urbana.** Texto (janeiro de 2008) disponível em:< [www.ipea.gov.br/sites/000/2/eventos/982.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/eventos/982.pdf).>  
Acesso em: 11 nov.2011.

HOBBS, Thomas. **Leviatã.** Tradução Alex Marins. São Paulo: editora Martin Claret, 2003.  
INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS.  
**Pólis** . Disponível em :  
<[http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas/dicas\\_interna.asp?codigo=100](http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas/dicas_interna.asp?codigo=100)>  
Acesso em; 30 set. 2011.

KISIL, Marcos e Schither, Célia Regina Belizia. **Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias: Reflexões e Sugestões.** Disponível em:  
<<http://captacao.org/site/downloads/522-livro-desenvolvimento-de-liderancas-comunitarias>>  
Acesso em: 10 out. 2011.

MARR, Wolfgang Leo. **O que é política? Primeiros Passos**. São Paulo: editora Brasiliense S.A., 1981.

MARTINEZ, Paulo. **Direitos de Cidadania**. São Paulo: Scipione, 2002.

MEKSENAS, Paulo. **Aprendendo Sociologia**. São Paulo: edições Loyola, 1995.

MORAES, Maria Tereza. **Notícias Folha Vale**. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u51744.shtml>>.  
Acesso em: 18 nov. 2011.

NASSIF, Luis. **Adesão de Bases Católicas ao PT** On Line. Disponível em :  
<<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-pt-e-as-bases-catolicas>>.  
Acesso em: 10 set. 2011.

PAPALI, Maria Aparecida. **Histori(cidade)s. Um olhar multidisciplinar**. São Paulo: Annablume; São José dos Campos: Univap, 2008.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano Diretor e Gestão Urbana**. Florianópolis: Capes: UAB, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Assuntos Jurídicos**.  
Disponível em:  
<[http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/assuntos\\_juridicos/noticia.aspx?noticia\\_id=7314](http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/assuntos_juridicos/noticia.aspx?noticia_id=7314)>  
Acesso em: 08 nov. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Portal da Transparência**.  
Disponível em:  
<<http://servicos.sjc.sp.gov.br/servicos/transparencia/conteudo.aspx?id=26&rand=E461>>.  
Acesso em: 19 nov. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Secretaria de Administração**. Disponível em:<<http://www.sjc.sp.gov.br/governo/noticias.asp?id=24438>>  
Acesso em: 08 nov.2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Secretaria de Administração**. Disponível em:  
<<http://www.sjc.sp.gov.br/noticiaspmsjc.asp?id=25098>>  
Acesso em: 08 nov.2011.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Capes: UAB, 2009.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Capes: UAB, 2009.

SOUZA JUNIOR, Cesar Saldanha. **Consenso e Democracia Constitucional**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2002.